

O crescimento continuado

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo quer "crescimento continuado". Respondendo por mais de metade da força produtiva do Brasil, a FIESP quer participar da condução da política econômica e deseja que o governo ouça sua voz.

Os empresários concordam que a condução dessa política pertence prioritariamente ao governo, mas lembram que as decisões do poder público só terão "eficácia e validade" se estiverem de acordo com as necessidades e possibilidades da comunidade nacional.

O "crescimento continuado", de que fala a FIESP, é a condição básica, segundo a entidade, para que o Brasil chegue à industrialização plena antes do final do século. Esse é, para ela, o objetivo "essencial e prioritário". Mas a FIESP o vê em xeque com o que chama de "generalização da atual recessão".

O presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, lembra o exemplo de países de estrutura econômica semelhante ao Brasil para fazer um alerta: Não basta dispor de recursos materiais e humanos e de uma base industrial mínima para conseguir o objetivo final da industrialização. E recorda que não foram poucas as experiências frustradas por ter sido esquecido aquilo que a FIESP coloca hoje como a pedra de toque: o crescimento continuado.

ADVERTÊNCIA

O empresariado paulista afirma, pelo seu órgão supremo, que não faltaram advertências ao governo. Em dezembro do ano passado, quando se esboçavam os primeiros sinais da crise, a FIESP advertia para os problemas previsíveis, a frente dos quais o do desemprego. O alerta foi consubstancial em um documento preparado pelo Conselho Superior de Economia e aprovado pela diretoria da entidade.

Em síntese, o papel dizia que, baseando seu desenvolvimento na crescente internacionalização de sua economia, o Brasil só poderia estar entre os primeiros países que sofreriam o impacto imediato do desempenho nada ortodoxo das demais economias e da consequente deterioração dos padrões convencionais de comércio e pagamentos.

A FIESP preocupava-se, então, em lembrar que o controle de um desequilíbrio que ela considerava "apenas monetário" não deveria resultar em outra espécie de desequilíbrio, de "cunho real e grave": A recessão generalizada e o macrodesemprego. Afirava, na ocasião, que uma solução des-

se tipo para os problemas econômicos brasileiros seria o mesmo que converter em um fim o que, na sua opinião, era apenas um meio.

Relendo esse documento, a FIESP chega hoje a conclusão de que o caminho seguido pelo governo foi exatamente aquele que ela pretendia evitar. Os números do nível de emprego industrial não deixam a menor dúvida quanto a isso.

A FIESP não se ilude, exageradamente, com os primeiros efeitos da política governamental em relação à inflação e à balança comercial. E ainda Vidigal quem diz: "Em ambos os casos, tais resultados decorrem, essencialmente, da própria recessão a que estamos assistindo na atividade econômica, muito particularmente na atividade industrial".

Ele gosta de lembrar que o Brasil, ao contrário de alguns outros países, jamais viveu em um quadro que pudesse ser considerado de "pleno emprego". Vidigal pergunta quais serão os custos das medidas que vem sendo adotadas: "Em outras palavras, será que vale mesmo a pena chegar ao equilíbrio interno e externo se para isso tivermos que desistir de boa parte do setor privado nacional?" passada a crise, a tendência da economia é recuperar-se e crescer. Mas ninguém sabe qual será a "profundidade e duração" da crise. O presidente da FIESP, por isso, acha que não é possível aceitar o risco da "recessão generalizada".

INFLAÇÃO

O surto inflacionário que começa a ser contido era perfeitamente previsível, segundo a FIESP. E se o governo não revelou, na ocasião, números mais exatos foi para não agravar a situação. "O que nós também somos obrigados a fazer com certa frequência", diz Vidigal.

Ficou entendido, porém, que era preciso alargar os prazos de combate à inflação, para não usar o tratamento de choque, os ministros da área econômica sempre têm dito que a recessão é "setorial" e que o governo não permitirá que ela se amplie. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo discorda dessa avaliação. E prefere manter seu compromisso anti-recessão em toda linha.

A FIESP tem outra vez palavras críticas: "As proporções a que já chegou a queda dos índices de produção é emprego e a tendência a seu ulterior agravamento estão a exigir medidas urgentes por parte do governo".